



Publicado em 23/08/2023 - 13:13

Justiça libera R\$ 1,6 bilhão de atrasados a aposentados e pensionistas do INSS

Valor corresponde à revisão de aposentadorias, auxílios-doença e pensões; data do pagamento depende de cada tribunal

ECONOMIA | Do R7

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 1,6 bilhão em atrasados para beneficiários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que conseguiram a concessão ou revisão do benefício na Justiça.

O valor corresponde a ações previdenciárias e assistenciais, como revisão de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, de 79.035 processos, que são destinados a 103.725 beneficiários.

O pagamento será feito de acordo com o cronograma de cada TRF (Tribunal Regional Federal). O montante é referente às RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de julho deste ano.

As RPVs são valores atrasados de até 60 salários mínimos — neste ano, até R\$ 79,2 mil — pagos em ações propostas no Juizado Especial Federal.

"Quando uma pessoa obtém uma decisão judicial que reconhece seu direito a receber um determinado valor, seja por revisão de benefício ou por qualquer outra questão, essa decisão pode gerar um crédito devido pelo governo. Para evitar a sobrecarga do sistema e agilizar o pagamento desses créditos, foram estabelecidos os procedimentos das RPVs", explica o advogado Mateus Freitas, especialista em direito previdenciário, do escritório ABL Advogados.

As RPVs têm prioridade no pagamento em relação a outras dívidas públicas. Isso significa que elas são processadas mais rapidamente.

Assim que a RPV é expedida pela Justiça, o ente público responsável pelo pagamento (como o INSS) é notificado e deve realizar o depósito do valor devido direto na conta do beneficiário, sem necessidade de maiores trâmites.

"Valores enquadrados como RPV não passam pelo processo de precatórios, que é a ordem cronológica de pagamento de dívidas públicas de maior valor. Isso acelera significativamente o recebimento por parte do beneficiário", acrescenta Freitas.

Valor total

O valor foi repassado aos Tribunais Regionais Federais, num total de R\$ 2 bilhões, para quitar ações de 138.395 processos, com 172.138 beneficiários. Desse valor, R\$ 1,6 bilhão é para segurados da Previdência.

Para receber o pagamento, o processo precisa ter sido finalizado, sem possibilidade de recursos do INSS, o chamado trânsito em julgado. É preciso ainda que a Justiça tenha concedido a ordem de pagamento, a requisição ou a autuação do processo.

A consulta deve ser feita com o advogado responsável pela ação ou no site do Tribunal Federal, que mostrará a data em que a ordem de pagamento foi emitida pela Justiça.

A informação do dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque deve ser buscada na consulta de RPVs, disponível na página do TRF responsável.

"Com a expedição do RPV, os beneficiários poderão levantar os valores que possuem; entretanto, devem observar qual banco está liberado. Essa informação poderá ser obtida por meio do portal da Justiça federal", orienta o advogado trabalhista Ruslan Stuchi, sócio do escritório Stuchi Advogados.

Segundo ele, a situação na Receita Federal deverá estar regularizada. "Essa informação poderá ser obtida no site da Receita Federal, em que o CPF deverá ter situação de regularidade. Vale salientar que, caso o beneficiário tenha advogado no processo, é importante conversar com ele para melhor orientação", conclui Stuchi.

O valor que será pago em cada região da Justiça Federal

TRF da 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

- Geral: R\$ 781.696.778,87
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 636.745.239,81 (30.737 processos, com 35.870 beneficiários)

TRF da 2ª Região (RJ e ES)

- Geral: R\$ 176.850.195,68
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 147.385.947,79 (6.636 processos, com 9.099 beneficiários)

TRF da 3ª Região (SP e MS)

- Geral: R\$ 314.964.536,20
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 250.475.612,98 (8.410 processos, com 10.413 beneficiários)

TRF da 4ª Região (RS, PR e SC)

- Geral: R\$ 450.862.552,36
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 384.329.155,63 (20.248 processos, com 26.760 beneficiários)

TRF da 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

- Geral: R\$ 296.618.364
- Previdenciárias/assistenciais: R\$ 247.136.314,05 (13.004 processos, com 21.583 beneficiários)

<https://noticias.r7.com/economia/justica-libera-r-16-bilhao-de-atrasados-a-aposentados-e-pensionistas-do-inss-22082023>

Veículo: Online -> Portal -> Portal R7 Notícias